

Linhão de energia é solução para o Estado

Linhas de transmissão são apontadas como saída para déficit energético

WALTER CONDE
ENVIADO ESPECIAL

Salvador - O racionamento de energia, suspenso recentemente, pode voltar caso o Governo federal não elimine o problema estrutural na geração e acabe definitivamente com o déficit entre dois mil e oito mil megawatts existente na Região Sudeste. A advertência foi feita na Capital baiana pelo diretor do Instituto de Desenvolvimento do Setor Elétrica (Ilumina), Roberto Araújo, que foi um dos palestrantes no Seminário Meio Ambiente e Energia, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

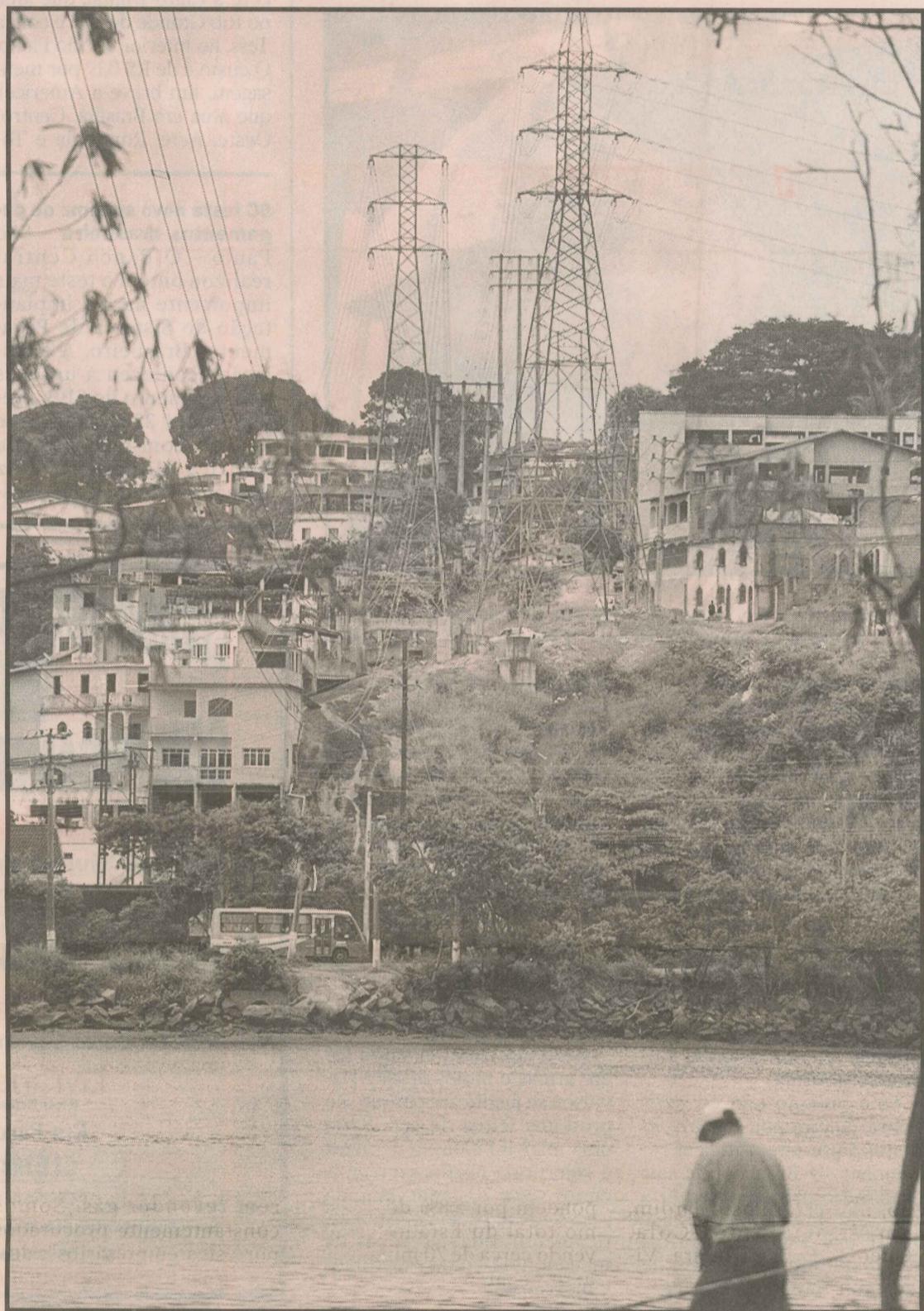
Especialmente para os capixabas, Araújo disse que não há preocupação com a retirada do projeto de construção de uma usina termelétrica movida a gás natural, na Grande Vitória. Ele disse que a energia gerada através desse sistema é cara, penalizando ainda mais o consumidor, tanto residencial quanto empresarial. Para o Espírito Santo, o dirigente do Ilumina disse que a melhor alternativa é a agilização na construção do linhão entre Ouro Preto (MG) e Vitória.

Araújo disse que o linhão passará a ser uma alternativa importante para o Estado, que deixará de ser ponta de linha. Atualmente, a energia consumida no Espírito Santo passa antes pelo Rio de Janeiro. Com o linhão, explicou, a energia poderá vir de Furnas, através de Minas Gerais, possibilitando que o Rio de Janeiro possa receber a luz que virá através do Espírito Santo. O dirigente da entidade disse que foi solicitado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-ES) estudar o linhão.

Descompasso

Araújo disse que a diferença entre o consumo e o potencial de geração, no Sudeste, exige investimentos na geração de energia para que o "descompasso" seja eliminado. Ele lembrou que foram feitas licitações para pequenas usinas de geração hidrelétrica, o que motivou o interesse das empresas, que acabaram pagando ágio para entrar no mercado. Há interesse, reforçou. "Precisamos de energia nova, só que não pode ser qualquer uma. Tem que ser energia barata porque o Brasil é um dos países onde se consome menos energia per capita", disse.

Mas Araújo disse que antes de o Governo federal começar a construir desenfreadamente novas usinas de geração deve primeiro adotar algumas providências. A pri-



Gildo Loyola - 17/10/2001

Benefício

Torres de transmissão de energia na Grande Vitória: com o linhão Ouro Preto-Vitória, o Estado deixará de ser ponta de linha

meira delas é a conservação. O segundo ponto citado por Araújo é a eliminação do desperdício. Como exemplo, cita a reformulação do desenho de um turbina, que permite gerar muito mais energia do que anteriormente, evitando o investimento para a construção de uma nova unidade.

O terceiro item é a aquisição de novas tecnologias, que permitam um menor consumo de energia. A construção de uma nova usina é colocada por Araújo como sendo a quarta e última prioridade. "Tínhamos de fazer uma política energética onde se buscasse a energia barata. As usinas que o Governo licitou de 1996 para cá não são de grande porte, mas todas foram arrematadas por companhias que pretendem gerar energia elétrica para seus produtos eletrointensivos".

Ele destacou que essas empresas pagaram ágio, mesmo sendo vantajoso. "A questão é que o sistema implantado pelo Governo encarece a ener-

gia, porque agora, para conseguir a concessão de uma geradora, tem que pagar. Antes era gratuito, mas agora o custo é transferido para a tarifa. Não temos mesmo assim um sistema elétrica caríssimo. Pelo contrário, é baratíssimo. O principal ponto é buscar energia barata", reforçou o diretor do Ilumina.

Sobretaxa

Araújo criticou a cobrança de uma sobretaxa aos consumidores, que virá com o aumento adicional por causa da energia emergencial. "Em nenhum lugar do mundo existe isso. A tarifa de serviços públicos já é calculada para que haja uma folga. Na tarifa, há uma parcela que não está ligada diretamente à produção, é destinada à reserva. Agora, inventar um seguro, é uma dupla cobrança". Além disso, o técnico disse que os recursos irão para geradoras alternativas, que não deverão ficar na ativa por mais de três anos.

Esse é o prazo para que a construção de usinas hidrelétricas de pequeno porte seja concluída. Para Araújo, a cobrança da sobretaxa é uma demonstração explícita que a crise energética não foi eliminada no Brasil, mesmo com o fim do racionamento. "Evidentemente que pode ocorrer um novo racionamento, porque há um desequilíbrio estrutural. Nestes últimos dois meses recebemos de São Pedro água suficiente para atender todo o consumo da Região Sudeste por seis meses. O principal responsável pelo fim do racionamento chama-se São Pedro".

"Estruturalmente estamos com a capacidade de geração muito baixa. A energia é uma coisa estratégica, ligada ao desenvolvimento". O Ilumina tem como associados engenheiros do setor elétrico, tanto do setor privado quanto do setor governamental. "Nossa opinião não é isolada, mas a mesma de pessoas que trabalham até no Governo".